

CLIPPING IMPRESSO**VEÍCULO - JORNAL DO COMÉRCIO****DATA - QUARTA-FEIRA , 12 de ABRIL DE 2006.**

Quanto tempo ainda vamos esperar

Retomo o tema da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que completa nesse mês de maio um ano de tramitação na Câmara de Deputados, como sempre acontece na ausência de força política, pois o texto continua sem solução definitiva.

Apesar do discurso afinado dos parlamentares, dos partidos, todos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei, nada acontece. Alega-se que primeiro tem que limpar a pauta da Câmara concluindo as cassações, para então se votar a pauta positiva, incluindo-se dentro dela o Projeto de Lei.

Provavelmente, não se conseguirá votar este ano, pois a partir de junho o Congresso Nacional inicia um recesso branco face às eleições. Para piorar a situação, o líder do governo anunciou que ainda dependia de um acordo entre os partidos surpreendendo a todos.

Vemos alguns líderes empresariais, como o presidente da Fiesp, defendendo o Projeto de Lei - discurso politicamente correto - apesar daquela instituição ser muito mais a representante dos grandes conglomerados. O próprio presidente da Confederação Nacional da Indústria, que também é parlamentar, defende o projeto, sem que com isso contribua decisivamente para a votação.

Existe tanto interesse de tantos, entretanto, o empenho na aprovação do projeto não é o mesmo que vimos no caso da MP do Bem, que em apenas dois meses foi votada no Congresso, enquanto a proposta da lei continua lá.

A proposta inicial foi bastante alterada como já tive a oportunidade de escrever na época aqui na coluna. Conseguiram destruir o projeto que levou meses sendo elaborado e discutido com a sociedade. Algumas emendas tiveram as digitais da Receita Federal na sua redação. Diferença conceitual contaminada pelo desrespeito ao contribuinte.

As novas alíquotas de tributação e faixas de enquadramento do Simples estabelecidas na lei sancionada semana passada pelo Presidente da República reduziu o limite máximo previsto no Projeto de Lei de R\$ 3,6 milhões, para R\$ 2,4 milhões, com o descontentamento ainda da Receita Federal, pois haverá, segundo estimativas deles, uma renúncia fiscal de R\$ 700 milhões.

Regras gerais foram estabelecidas sem dispositivo objetivo que diminuísse a burocracia que segundo pesquisa do IBGE é apontada por 46% como o principal entrave para formalização de empresas.

Quando o projeto inicial foi apresentado pelo Poder Executivo, e por conta da boa vontade dos congressistas, fiquei animado com a possibilidade de enfim termos uma lei voltada para a micro e pequena empresa com escopo mais abrangente que simplesmente a questão tributária, como a ampliação dos negócios para essas empresas, diminuição da burocracia estatal.

Não considere a relutância por parte daqueles que ainda mantêm uma visão míope sobre a questão da arrecadação do Estado brasileiro. Preferem um país de mentira, a um país de verdade, em que 10,3 milhões de micro e pequenas empresas (dados do Sebrae) que hoje estão na informalidade, lá continuem.

Até quando continuaremos esperando que os parlamentares se conscientizem de que as pequenas e micro empresas são as grandes locomotivas da geração de empregos e de auxílio na diminuição das desigualdades, e enfim mudem a pauta, resgatando o texto original e votando o projeto?

Nelson Rocha